



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA



Comissão Parlamentar ao «caso BPN»

Dias Loureiro vai ser ouvido segunda vez

O antigo administrador da SLN, Dias Loureiro, vai ser ouvido uma segunda vez na comissão de inquérito parlamentar sobre a nacionalização do BPN, “**numa data a agendar oportunamente**”.

Maria de Belém, presidente da Comissão, garantiu que a decisão de ouvir pela segunda vez Dias Loureiro – a primeira fora a 27 de Janeiro – foi ontem aprovada em reunião dos deputados coordenadores dos grupos parlamentares representados: Honório Novo (PCP), Nuno Melo (CDS-PP), João Semedo (Bloco de Esquerda), Ricardo Rodrigues (PS) e Hugo Velosa (PSD).

“**Dias Loureiro virá cá numa data considerada oportuna**”, disse Maria de Belém Roseira.



**BPN****Deputados vão ouvir novamente Dias Loureiro**

Dias Loureiro vai voltar a ser ouvido no âmbito do caso BPN. A 2.ª audição do **ex-administrador da Sociedade Lusa de Negócios** foi ontem aprovada pelos deputados da comissão parlamentar que analisa o processo.

CM

PORTUGAL
COMENTÁRIO

José Carlos de Vasconcelos

Justiça e ética, contra a crise

A crise agudiza-se, cresce, estende os seus tentáculos que ainda não se sabe onde chegarão. E não há grandes dúvidas nem sobre as suas causas nem sobre os «remédios» imediatos para a combater, que o Governo português também está a tentar aplicar. Mas, para além deles, é indispensável, para o presente e para o futuro, criar um clima de *resistência* e quanto possível de confiança, inclusive nas instituições democráticas. O que exige muito mais ética e justiça: uma política social muito mais decidida no apoio à pobreza e no combate às tremendas desigualdades sociais, assim como transparência, combate também à fraude e fuga fiscais, à impunidade a todos os níveis, em particular o económico e o político.

E não é a retirar umas deduções fiscais, como agora foi feito com grande alarido, que se alcançam aqueles objectivos. Tais medidas correm até o risco de atingir sobretudo os que trabalham e pagam impostos às taxas mais altas, enquanto continuam os privilégios do grande capital, dos que auferem ou auferiram lucros imensos não pagando impostos ou pagando-os com taxas inferiores às dos rendimentos do trabalho (no mercado de capitais), dos que fogem ao fisco, dos que têm negócios e contas nos vergonhosos e criminosos *offshores*, que verdaderamente se mantêm.

Percebe-se que José Sócrates e o PS sem nos próximos actos eleitorais. Mas para conseguir um maciço voto popular deviam ter aprendido, em devido tempo, com o exemplo do Brasil, onde Lula está com a espantosa taxa de 82% de aprovação, e o seu Governo com mais de 70%, apesar da crise e de poucas *vergonhas* como a do

mensalão. Graças a uma política social que, dentro dos seus padrões, tirou da miséria mais de 40 milhões de brasileiros, e favorece os pobres e remediados – de par com uma política macroeconómica prudente, realista, que respeita, estimula, a iniciativa privada, sem se demitir de regular e intervir quando necessário.

O CASO BPN/DIAS LOUREIRO Quanto ao essencial aspecto ético-político, do qual há longos anos me ocupo, há muitíssimo que fazer. No caso BPN, ficando-me agora por ele, as revelações, com documentos, nesta edição da VISÃO (*ler pp. 52/56*) e no último *Expresso*, de que Dias Loureiro «mentiu» ao ser ouvido na Comissão de Inquérito da Assembleia da República, são demasiado concretas e graves para que tudo fique na mesma, *resolvendo-se* com hipotéticas

novas *explicações* com base em falta de memória ou lapso.

Por mais que se goste ou seja amigo de Loureiro, factos são factos – e no caso presente são flagrantes, claríssimos. Assim, se já face ao que antes se sabia o ex-ministro e *multi-administrador* se devia ter demitido de conselheiro de Estado, pelas razões que nesta coluna expus (a 27/11/2008), agora tal demissão é absolutamente imperiosa e urgente. Mais, o Presidente Cavaco Silva não pode e muito menos deve ignorá-lo, assobiar para o ar, sob pena de também ser afectado pelo «caso». E isso é do que menos precisamos.

O CASAMENTO HOMOSSEXUAL Vem aí o Congresso do PS, cujos «resultados» são antecipáveis, como antecipável era a reeleição de Sócrates tal como ocorreu. Porém, será

muito importante para o futuro próximo a forma como vai decorrer e a imagem do partido que dele vai sair. Se o PS quer ter condições para governar, após as legislativas, no mínimo não pode cometer disparates como o de dizer que nelas os portugueses se pronunciarão a favor ou contra a possibilidade de casamento entre pessoas do mesmo sexo – que vai defender, após votar contra uma proposta do BE nesse sentido.

Seria desastroso para o PS e, muito pior, para o País, que o resultado

de umas legislativas, com tudo o que dele decorre, dependesse da posição dos cidadãos a favor ou contra os *casamentos homossexuais*. Além do resto, primeiro seria transformar as legislativas num referendo sobre sim ou não a esses casamentos, o que é absurdo; segundo, nesse tipo de questões, ainda mais do que em outras, um partido não deve impor nenhuma disciplina e cada deputado tem de votar de acordo com a sua consciência.



Seria desastroso para o PS e, muito pior, para o País, transformar as legislativas num referendo sobre os 'casamentos homossexuais'



Entre as brumas da memória

Dias Loureiro já esqueceu os detalhes, mas o negócio de Porto Rico envolve-o numa estranha operação financeira. Novos documentos provam que o conselheiro de Estado assinou mais documentos e participou em reuniões onde a «legalidade» da operação foi discutida

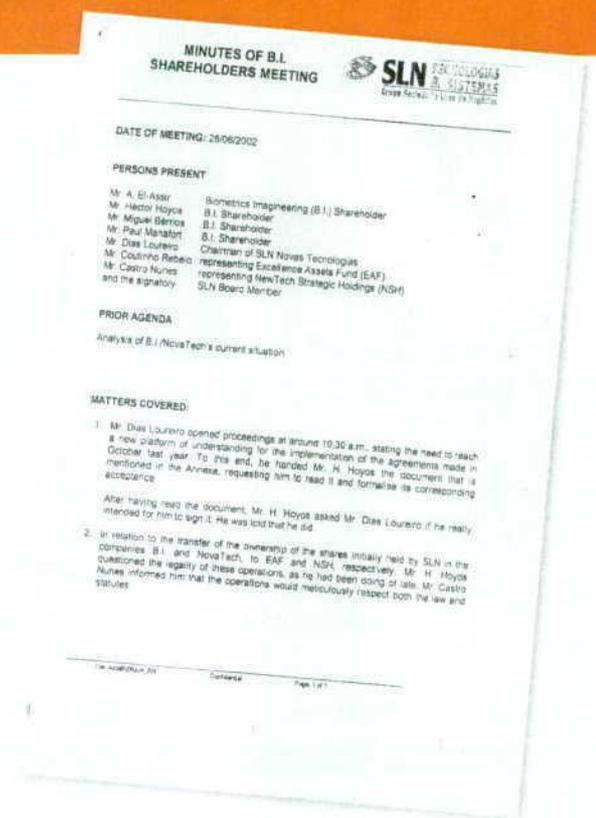
POR PAULO PENA

Durou cerca de 40 minutos, a reunião que azedou, definitivamente, a relação dos portugueses da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) com os seus novos sócios de Porto Rico. No dia 26 de Junho de 2002, escassos sete meses após a celebração do negócio da compra de duas empresas sediadas no paraíso fiscal dos EUA, a Biometrics Imagineering (BI) e a Nova Tech (NT), pela *holding* de Oliveira e Costa, já a troca de acusações levava Héctor Hoyos, o sócio maioritário da BI, a sair, «visivelmente irritado», da sala da SLN, na Avenida António Augusto de Aguiar, em Lisboa. Esta descrição consta de uma minuta, classificada de «confidencial», redigida por um anónimo «membro da administração da SLN», que assina com as iniciais JVJ, de Jorge Vieira Jordão. A presidir aos trabalhos, estava o *chairman* da SLN Novas Tecnologias, Manuel Dias Loureiro. Ele que, oficialmente, deixara a socieda-

de, e vendera as suas acções, em Março de 2002.

Afinal, o que provocara a ira do porto-riquenho Hoyos? Ainda segundo o relato «confidencial», o homem que detinha 35,9% das acções da BI, vinha, «há algum tempo», questionando «a legalidade das operações» da SLN em Porto Rico. A começar pela estranha transferência da propriedade, no mesmo dia 30 de Novembro de 2001, da BI para três donos diferentes: comprada pela SLN, vendida a um *offshore* e recomprada pela SLN por um valor inferior ao da compra ini-

As declarações de Dias Loureiro à comissão parlamentar não batem certo com os documentos a que a VISÃO teve acesso



'CONFIDENCIAL'

Minuta da reunião presidida por Dias Loureiro, em Junho de 2002, sobre Porto Rico

cial (*ver caixa O dia agitado de Dias Loureiro*). Tal como na reunião em que Hoyos, batendo com a porta, se dirigiu ao hotel para fazer as malas, foi Manuel Dias Loureiro que emprestou o seu nome à operação.

A sua assinatura consta, ao lado da de Oliveira e Costa, em dois contratos diferentes, celebrados no mesmo dia, um que compra 25% das acções da BI a Hoyos, ao libanês El-Assir e a outros accionistas menores, por 31,250 milhões de dólares; outro que volta a comprar os mesmos 25% da BI, entretanto revendidos pela SLN a um fundo *offshores*, o Excellence Assets Fund, por apenas 21 milhões de dólares, pagos à panamiana La Granjilla Corporation, ligada ao mesmo libanês Abdul Rahman El-Assir, através da sucursal do BPN nas ilhas Caimão. Uma estranha «circulação» de acções e dinheiro que compromete as declarações de Dias Loureiro na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga o «buraco» no banco recentemente nacionalizado e na sociedade que o detinha, liderada pelo ex-secretário de ►



ECONOMIA CASO BPN

Figuras O inquérito e a justiça



O deputado João Semedo

>> Para um médico, recém-chegado ao Parlamento, o deputado do BE foi dos mais minuciosos (com Honório Novo, do PCP e Nuno Melo, do CDS) a inquirir Dias Loureiro.

O QUE GANHOU: Loureiro contradisse-se



O arguido Oliveira e Costa

>> O banqueiro, detido preventivamente, escusou-se a falar no Parlamento. E continua a ser o único responsável apontado pela decadência do BPN e da sociedade que o detinha.

O QUE GANHOU: Só tem perdido...



A Presidente Maria de Belém

>> A Comissão de Inquérito Parlamentar a que preside a deputada socialista está a funcionar bem. Isso já é notícia. Mas promete mais: ser mais eficiente que a própria justiça.

O QUE GANHOU: Superioridade moral

Dias Loureiro e da SLN, em Marrocos, a venda da Redal à Vivendi, El-Assir contrai junto do BPN, segundo noticiou o Público, um empréstimo de 42 milhões de euros que permanece, ainda hoje, por regularizar.

Na reunião na sede do BPN, o libanês tenta pôr água na fervura, quando o seu sócio porto-riquenho, Hoyos, abandona a sala, irritado. Sugere que um outro sócio, o americano Paul Manafort, vá ao hotel convencer Hoyos a regressar à reunião. Sem êxito. Menos de um mês depois, a 22 de Julho de 2002, Dias Loureiro assina o contrato de desvinculação entre a SLN e a BI.

Desvinculação? O único vínculo existente entre as duas empresas é o offshore EAF, com sede nas ilhas Caimão, o mesmo que Dias Loureiro afirmou desconhecer, quando questionado na comissão parlamentar pelo deputado João Semedo, do BE.

«O sr. Dr. Dias Loureiro nunca ouviu falar disto [EAF]? Não tem alguma ideia de o BPN ou de a SLN alguma vez ter adquirido este fundo?», perguntou o deputado, na audição em São Bento, no dia 27 de Janeiro último.

«Não, não tenho!», respondeu Dias Loureiro.

Mas as assinaturas no contrato que «compra» para a SLN o fundo offshore são claras: Manuel Dias Loureiro e Oliveira e Costa.

À VISÃO, Dias Loureiro mantém o que disse no Parlamento: «Não me recordo. Isso passou-se há oito anos. Esses são contratos escritos por advogados, que vêm parar à

Estado do Orçamento José Oliveira e Costa, preso preventivamente, no âmbito de um inquérito judicial.

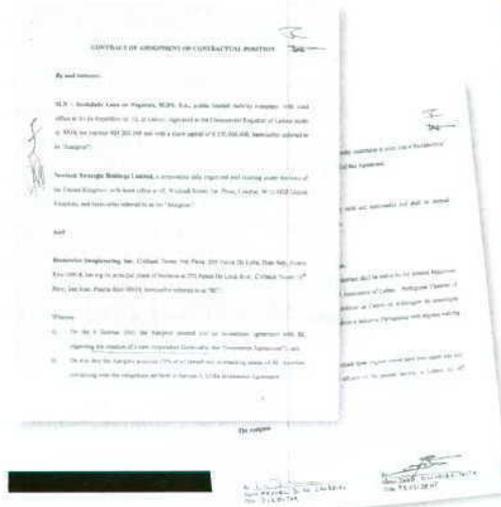
'NÃO ME RECORDO'

El-Assir é o pivô de todo este negócio. Segundo Dias Loureiro, é ele quem sugere a

aquisição inicial, e é ele quem, no fim, vende, compra e volta a vender acções da BI à SLN, arcando com um prejuízo de pelo menos 10 milhões de dólares - a diferença entre o valor da primeira compra das acções e o da revenda final. Ao mesmo tempo que faz de intermediário noutro negócio, paralelo, de

Dias Loureiro O dia agitado

O ex-ministro comprou, duas vezes no mesmo dia, os mesmos 25% de acções da mesma empresa de Porto Rico 30 de Novembro de 2001



1.º CONTRATO «Cedência de posição contratual.» Assinam Oliveira e Costa e Dias Loureiro, pela SLN, e Héctor Hoyos, pela BI. A Sociedade Lusa de Negócios compra 25% das acções da Biometrics Imagineeiring (BI), de Porto Rico, da qual é sócio o libanês Abdul El-Assir, por 31,250 milhões de dólares.



2.º CONTRATO «Acordo de compra de acções.» Assinam o advogado Filipe Nascimento, em representação da SLN, e Coutinho Rebelo, pelo EAF. A SLN vende ao offshore EAF os 25% da BI, pelo mesmo valor pelo qual as adquiriu: 31,250 milhões de dólares.



Erros, de facto, na audição parlamentar

1 «Fui administrador executivo desde Janeiro de 2001 até Março de 2002, altura em que vendo as acções e saio de administrador executivo (...) a partir daí, fiquei a fazer três coisas: Caixa Galiza, KIO e Inapal Plásticos – ponto final parágrafo!»

«(...) não tinha um cargo formal – presidente, administrador, fosse o que fosse»

Facto: **Em 26 de Junho de 2002, Manuel Dias Loureiro aparece como chairman da SLN Novas Tecnologias, numa minuta de uma reunião do grupo.**

2 «(...) uma compra havia sido feita [das empresas de Porto Rico] e eu queria ver, antes de assinar as contas da SLN, onde estava essa compra.»

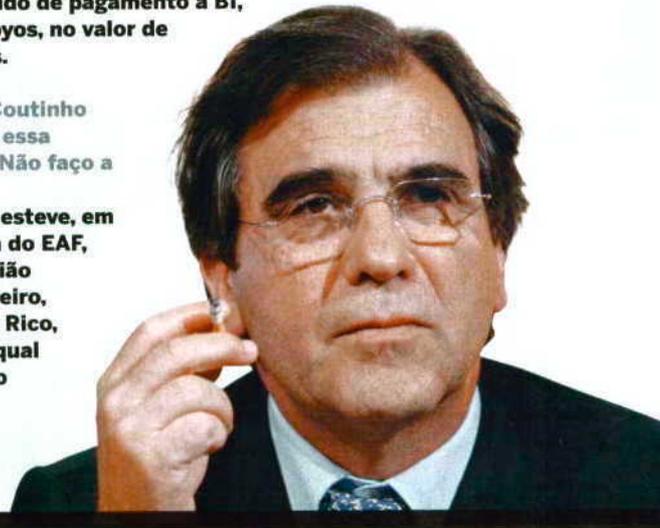
Facto: **A SLN comprou e vendeu, no mesmo dia, 31 de Novembro de 2001, a Biometrics Imagineering. Nesse exacto dia, com a assinatura de Dias Loureiro, a SLN comprou um fundo offshore nas ilhas Caimão, o Excellence Assets Fund, legítimo proprietário da empresa de Porto Rico.**

3 «Mas esse negócio era feito já por advogados (...) quanto ao negócio em si, não tive nada a ver com ele, não fiz pagamentos, não sei como são os pagamentos.»

Facto: **No dia 25 de Abril de 2002, Dias Loureiro recebe, e reencaminha, um pedido de pagamento à BI, assinado por Héctor Hoyos, no valor de 5,25 milhões de dólares.**

4 «Não sei se esse Sr. Coutinho Rebelo trabalhava para essa empresa [EAF] ou não. Não faço a mínima ideia.»

Facto: **Coutinho Rebelo esteve, em representação explícita do EAF, pelo menos, numa reunião presidida por Dias Loureiro, com os sócios de Porto Rico, em Junho de 2002, da qual o conselheiro de Estado recebeu uma minuta classificada como «confidencial».**



3.º CONTRATO

«Contrato promessa de compra e venda.»

Assinam Oliveira e Costa e Dias Loureiro, pela SLN, e o advogado Jaime Iturriaga, em representação da La Granjilla Corporation. A SLN compra à La Granjilla Corporation, com sede no Panamá, empresa a que estaria ligado o libanês El-Assir, o fundo offshore EAF – Excellence Assets Fund –, detentor de 25% das acções da BI de Porto Rico. O preço da operação é de 21 milhões de dólares. Ou seja, num dia, a BI mudou três vezes de donos, e desvalorizou-se em mais de 10 milhões de dólares.

► nossa mão junto com uma resma de outras coisas...» Mas era comum assinar vários contratos sobre o mesmo assunto no mesmo dia? «Era. Havia 124 empresas na sociedade e eu não tenho nenhum arquivo», acrescenta o conselheiro de Estado. A explicação para o desconhecimento que alega destas operações reside, segundo Loureiro, na boa-fé que depositava, quer nos advogados quer no presidente da SLN, Oliveira e Costa, «uma pessoa em quem confiava». «Estou de consciência tranquila e durmo muito bem à noite. Confiava que me estavam a dar para assinar coisas legais.»

A legalidade da operação não parece estar em causa. Afinal, segundo especialistas contactados pela VISÃO, os únicos prejudicados por esta operação foram os próprios accionistas da SLN. E, para haver crime, teria de se provar que a compra das empresas porto-riquenhas foi mais do que um negócio negligente: seria preciso demonstrar que houve dolo na aquisição de activos inflacionados ou, pura e simplesmente, falidos. A falência, menos de um ano após a compra, da BI, não é essa prova. Até porque os porto-riquenhos acusaram, mais do que uma vez, a SLN de boicotar a estratégia de desenvolvimento da empresa.

PERJÚRIO NO PARLAMENTO?

Aparentemente, os três contratos de Novembro de 2001 procuravam, apenas, minimizar os prejuízos da SLN e fazer circular dinheiro, provavelmente de outros negócios entre a sociedade e o libanês El-Assir. Não se sabe, ao certo. A única «prova» de que alguma coisa não bate certo é o valor atribuído ao fundo *offshore* que, juntando 25% da BI aos activos que já antes geria, é comprado por um valor inferior ao das acções, sozinhas.

Dias Loureiro insistiu, no Parlamento, numa ideia que já avançara em entrevistas: pressionara Oliveira e Costa para assumir, nas contas da sociedade, a compra, numa primeira fase, e os prejuízos, por fim, das empresas de Porto Rico. Oliveira e Costa explicou-lhe, garante o ex-ministro do PSD, que tal não era desejável. Não seria, até, possível. Segundo a documentação a que a VISÃO teve acesso, a SLN nunca deteve, directamente, a não ser durante umas breves horas, entre

Assinatura

Dias Loureiro afirmou que não sabia nada sobre «pagamentos». Este documento prova que sabia

Destinatário

Os sócios de Porto Rico continuaram a pedir financiamento a Dias Loureiro, após a sua saída da SLN



Entra e sai

No mesmo dia, a SLN recebe, e paga, 31,250 milhões de dólares. Comprou e vendeu, de seguida, as mesmas acções de uma empresa de Porto Rico

contratos, aquelas empresas. Logo, nunca poderia incluí-las nas suas contas anuais.

Outra coisa é o alegado desconhecimento, reiterado por Dias Loureiro, quer do fundo *offshore* quer dos seus representantes. Estes eram, nem mais nem menos, que Francisco Comprido (o director executivo do BPN com quem Loureiro admite ter discutido o empréstimo de El-Assir), Coutinho Rebelo, chefe do departamento de Planeamento Estratégico do BPN e Castro Nunes, advogado, que, na reunião em que se discutiu a «legalidade» da operação, garantiu aos presentes, Dias Loureiro incluído, que tudo «respeitava meticulosamente quer a lei quer os estatutos».

Já são várias as pontas em que Dias Loureiro parece ter induzido em erro os deputados que realizam o inquérito (*ver caixa Erros, de facto,...*). Noutro documento a que a VISÃO teve acesso, Héctor Hoyos endereça apenas a Dias Loureiro, no dia 25 de Abril de 2002, o pedido de um pagamento de 5 milhões de dólares à BI. Nesta fase, não só o negócio já estava feito, como Dias Loureiro já não era administrador executivo da SLN. Por que razão lhe endereçavam, então, este e outros pedidos de financiamento da empresa de Porto Rico? Dias Loureiro repete: «Não sei...»

Numa nota manuscrita, o antigo ministro reencaminha o pedido para Jorge Jordão. Este novo administrador da SLN nunca escondeu as suas dúvidas: «Que fique bem claro que o projecto de Porto Rico foi considerado por mim de elevado risco e da minha parte foi desaconselhado por escrito», disse, ao *Público*, em Dezembro de 2008.

Aparentemente, Jordão tinha razões para descreer. Os «bens» produzidos pela BI e pela Nova Tech, que, segundo Loureiro, «entusiasmaram» o experiente Oliveira e Costa, são arrasados na última reunião de accionistas. O ITM, uma espécie de máquina Multibanco ainda mais avançada, apenas conseguira ser vendido ao Banco Popular de Porto Rico e, em Junho de 2002, já tinha sido retirado. A BI fechou as portas e a Nova Tech nunca chegou a ter actividade. O fundo *offshore* Excellence Assets Fund mudou de nome para BPN CLIP Multy-Strategy, e trocou as ilhas Caimão pelo Luxemburgo.

E Dias Loureiro, apanhado em contradição e enredado numa teia contabilística que não sabe explicar, é chamado, de novo, à Comissão de Inquérito do Parlamento. Para recordar aqueles «poucos meses» que tanta tinta fazem correr. ▣

Confia que me estavam a dar para assinar coisas legais'

Dias Loureiro, Conselheiro de Estado



CASO BPN
NOVOS DOCUMENTOS DESMENTEM DIAS LOUREIRO
Empresa comprada e vendida três vezes no mesmo dia num 'offshore'



SEXTO SENTIDO



Filipe Luís

As bolachas de Dias Loureiro

Amãe chega a casa e, sem que ninguém o interrogue, o filho grita, ainda lambuzado: «Mamã, eu não fui às bolachas!». Assim que rebentou o escândalo BPN, e sem que ninguém lhe perguntasse nada, Manuel Dias Loureiro, antigo ministro da Administração Interna de Cavaco Silva e ex-administrador da Sociedade Lusa de Negócios, exigiu ser ouvido: «Mamã, eu não fui às bolachas»... Inocente ou nem por isso – o decorrer do inquérito o determinará – o antigo ministro, que, a 24 de Junho de 1994, no primeiro buzirão da ponte, tanta firmeza demonstrara, dando a cara, onde outros se escondiam, pelo Governo de Cavaco, dava, agora, evidentes sinais de pânico. O seu comportamento pode ser facilmente explicado pela Psicologia. É típico do miúdo das bolachas, do amante infiel, do trabalhador relapso: desfaz-se em explicações que ninguém pede, expõe-se, fala de mais. Nessas alturas de descontrolo, a melhor defesa parece ser o ataque, antes que «sobre para nós». Negar, negar sempre, negar o que ainda nem sequer foi afirmado. E isto acontece também aos inocentes mais impressionáveis – como será o caso de Dias Loureiro – tendo como consequência o facto de que passam a parecer... culpados.

Nos primórdios do processo BPN, Dias Loureiro deu uma entrevista a Judite de Sousa, em que o essencial do que disse foi desmentido por um ex-alto responsável do Banco de Portugal, no *Expresso* do dia seguinte. O mesmo jornal, e novas revelações nesta edição da VISÃO, demonstram, agora, que as declarações de Dias Loureiro no Parlamento não correspondem aos factos, e não só no caso do *Excellence Assets Fund*, que à comissão parlamentar disse desconhecer, mas que, afinal, serviu de plataforma, com assinaturas suas, para o ruinoso negócio do BPN, em Porto Rico.

QUANDO, HÁ UNS MESES, a jornalista Eduarda Maio lançou a obra biográfica *Sócrates, o Menino de Ouro do PS*, Dias Loureiro, presente no lançamento, ultrapassou em encómios ao primeiro-ministro qualquer dos militantes do PS então presentes. E declarou-se mesmo «emocionado» com o que lera. Se a isto somarmos as ligações pessoais e empresariais a Jorge Coelho,

não podemos deixar de considerar ensurdecedor o relativo silêncio do PS, neste caso, que deixa aos outros partidos, nomeadamente a Paulo Portas, a liderança nos pedidos de explicações sobre o envolvimento do ex-dirigente social-democrata no BPN. Também o PSD é prudente no caso Freeport, deixando o «trabalho sujo» do ataque a Sócrates ao relativamente «inimputável» Pacheco Pereira. O Bloco Central, em todo o seu esplendor.

A verdade é que, até prova em contrário, Dias Loureiro é inocente. Mas permite isto concluir que deve manter o seu lugar no Conselho de Estado? Claro que não. Pelo desgaste inerente ao processo, a sua permanência naquele órgão emba-raça, todos os dias, o Presidente Cavaco,



As simples relações de amizade não justificam a passividade de Cavaco, no caso Dias Loureiro

que o nomeou. Mas o próprio Cavaco também já veio fazer de nós estúpidos. Dizendo que não tem poderes legais para desnomear conselheiros de Estado. Deve estar a brincar: e não deverá, em privado, pedir ao seu amigo que se demita? E, se mesmo assim, o amigo não ceder, não poderá deixar cair uma declaração pública a desautorizá-lo – com toda a elegância e parcimónia, claro, mas suficientemente clara para o obrigar a demitir-se? As simples relações de amizade não justificam a passividade de Cavaco. A partir de agora, é o próprio PR que começa a ser questionado. Ele é o dono das bolachas. ▀



Jaime Gama acelera fim do sigilo no caso BPN

SEGUEM-SE pareceres jurídicos sobre o levantamento do sigilo.

Sandra Almeida Simões
ssimoes@economicasgps.com

O presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, já deu luz verde à comissão de inquérito ao caso BPN para contratar pareceres jurídicos que suportem o levantamento do sigilo bancário e profissional. "O presidente da assembleia já autorizou a requisição e contratação de especialistas para coadjuvar os trabalhos da comissão", afirmou Maria de Belém Roseira, presidente da comissão, em declarações ao Diário Económico. A comissão decidiu na quarta-feira da semana passada avançar com o pedido de levantamento do sigilo ban-

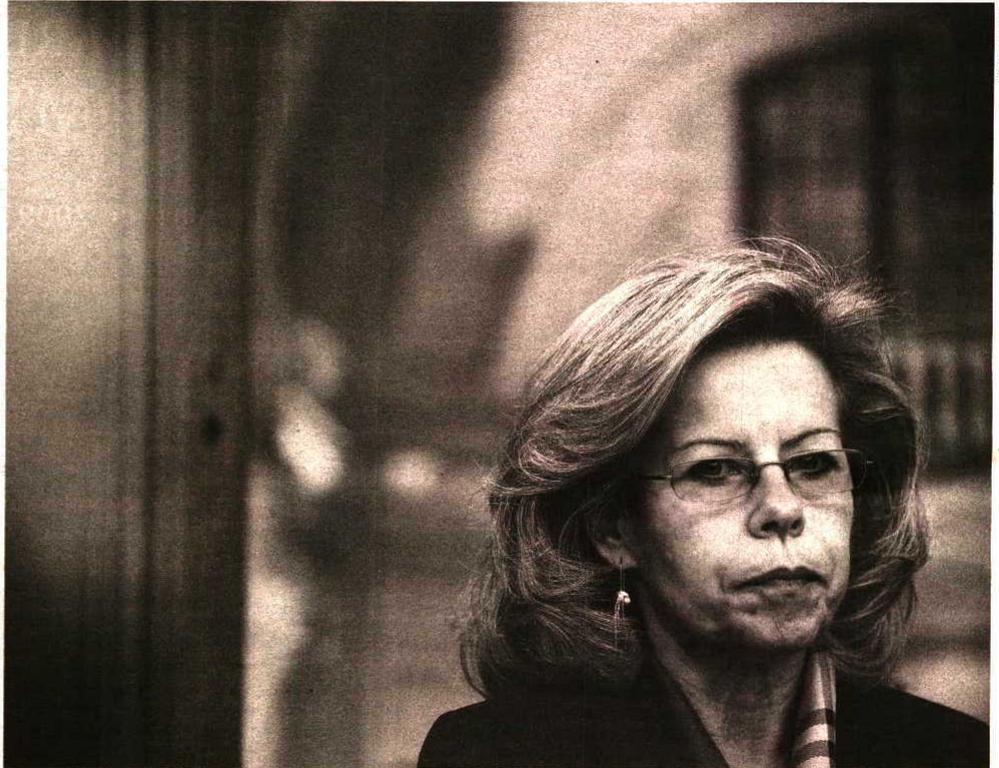
"O presidente da Assembleia já autorizou a contratação de especialistas", avançou Maria de Belém Roseira.

cário e profissional, na sequência da recusa do Banco de Portugal e do BPN em enviar informação e documentos solicitados pela comissão. Em simultâneo, os deputados dos vários grupos parlamentares decidiram também - por sugestão de Ricardo Rodrigues do PS - solicitar igualmente um parecer jurídico que suporte essa decisão. A contratação dessa análise técnica estava no entanto dependente

da autorização prévia do presidente da assembleia da república, tal como estabelece o regime jurídico dos inquéritos parlamentares. Depois da aprovação de Jaime Gama segue-se agora a nomeação do juriconsulto. "Vou tratar da escolha rapidamente", adiantou Maria de Belém Roseira. Recorde-se que os deputados balizaram o pedido deste parecer ao período máximo de oito dias, uma vez que o atraso no pedido de levantamento de sigilo poderá "perturbar o ritmo dos trabalhos" e impedir que se "apure a verdade em muitas matérias", defenderam os deputados. A análise técnica vai acompanhar a argumentação que já está a ser preparada pelos serviços jurídicos da Assembleia para os cerca de 30 pedidos, onde a comissão quer o levantamento do sigilo.

Esta é a primeira vez em que uma comissão parlamentar de inquérito vai requerer ao tribunal o levantamento do sigilo bancário e de supervisão. Daí que um dos objectivos da contratação deste parecer seja precisamente estabelecer jurisprudência.

A ordem de trabalhos da comissão prossegue hoje ao final da tarde com a audição a Manuel Meira Fernandes, membro da equipa de Miguel Cadilhe na SLN, 'holding' que detinha o BPN antes da nacionalização. Ontem, a comissão adiou o depoimento de Lencastre Bernardo, quadro da SLN no tempo de Dias Loureiro, devido aos trabalhos de Plenário que decorriam à mesma hora. ■



Maria de Belém Roseira, presidente da comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN, diz que irá escolher "rapidamente" o juriconsulto.

PSD é "o mais interessado" em esclarecer papel de Dias Loureiro

Comissão de inquérito ao BPN aprova nova audição na assembleia.

Márcia Galvão
mgalvao@economicasgps.com

Dias Loureiro vai voltar ao Parlamento, para ser ouvido uma segunda vez na comissão de inquérito parlamentar sobre a nacionalização do BPN. Desta vez terá que esclarecer se "mentiu" à comissão, como noticiou o Expresso, ou se relatou apenas aquilo de que se lembrou por lapso, ignorando a existência do Excellence Assets Fund, um fundo que serviu de base a um negócio ruinoso em Porto Rico e que teve a assinatura do antigo administrador da Sociedade Lusa de Negócios.

As implicações políticas da situação têm estado em cima da mesa, perante a possibilidade dos partidos usarem a ligação estreita de Dias Loureiro ao PSD para

atacarem o partido ou perante o facto de este ser conselheiro de Estado.

Para já, o PSD garante que "é o mais interessado em que tudo se esclareça, para evitar aproveitamentos políticos da situação", garantiu ao Diário Económico um vice-presidente da direcção de Ferreira Leite.

A própria líder do PSD terá enviado um cartão de cumprimentos a Dias Loureiro, assumindo a sua solidariedade perante o antigo dirigente social-democrata, apurou o Diário Económico.

A ideia de que o PSD poderia tentar "descolar-se" de Dias

Ferreira Leite terá enviado, segundo apurou o Diário Económico, um cartão de cumprimentos a Dias Loureiro.

Loureiro, para evitar ser fragilizado neste processo não tem, para Ângelo Correia, qualquer sentido. Até porque, como lembra o histórico social-democrata, "o caso do Dr. Dias Loureiro é pessoal, tem a ver com o seu desempenho profissional, e não tem nada a ver com as funções que ele teve no partido". Portanto, defende, "não deve ser usado como arma de arremesso político". O próprio deputado Hugo Velosa, que representa o PSD na comissão de inquérito ao BPN, garante que a posição dos social-democratas passa por "colaborar integralmente com a comissão" e considera que, mesmo das restantes bancadas, "não parece que existam motivações políticas" neste inquérito. ■ **com I.S.L.**



Manuel Dias Loureiro, antigo administrador da SLN



AUDIÇÃO. O antigo administrador da SLN Dias Loureiro vai ser ouvido uma segunda vez na comissão de inquérito parlamentar sobre a nacionalização do BPN, "numa data a agendar oportunamente", disse ontem à Lusa a presidente da comissão, Maria de Belém Roseira.

CASO BPN ■ DISSOLVIDA DOIS DIAS ANTES DE A EQUIPA DE CADILHE TOMAR POSSE

Planfin obrigou SLN a contratar

■ Funcionários que pertenciam à empresa que criava as offshores do grupo tinham contrato que previa integração imediata na ex-dona do BPN

● DIANA RAMOS

A Planfin, Serviço de Planeamento Financeiro Internacional – “empresa que criava, planeava e organizava todas as offshores [da SLN]” – foi extinta dois dias antes da tomada de posse da equipa liderada por Miguel Cadilhe, a 18 de Junho, tendo os funcionários contratos que obrigavam à integração nos quadros da ex-dona do BPN.

“Quando entrámos já tínhamos este presente”, disse à comissão de inquérito ao BPN João Carvalho das Neves, administrador demissionário da SLN. “Quando a empresa fosse dada como insolvente, as pessoas passavam automaticamente a ser trabalhadores da SLN”, revelou o ex-docente do ISEG, acrescentando que o contrato lhes dava “direito a trabalhar também numa sociedade de advogados” por acumulação de funções.

Entre os membros dos órgãos sociais da Planfin constavam Luís Caprichoso, ex-vogal do conselho de administração do BPN e braço-direito de Oliveira e Costa, Isabel Cardoso, advogada e à época mulher de Caprichoso, Leonel Mateus, que integrava o gabinete de Caprichoso, Luís Almeida e a empresa J. Monteiro e Associados, fiscal único das contas do banco.

Documentos a que o CM teve acesso mostram que a liquidação da Planfin foi confirmada na assembleia geral de accionistas de 31 de Março de 2008. Mas o tema já constava da ordem de trabalhos da reunião, publicada no Portal da Justiça a 19 de Fevereiro de 2008 e datada de 13 de Fevereiro, dois dias antes de os accionistas aceitarem o pedido de demissão de Oliveira e



MANUEL MOREIRA

■ Sócio. Luís Caprichoso, ex-vogal do BPN e braço-direito de Oliveira e Costa, detinha 24% da Planfin, empresa que criava as offshores do universo do grupo SLN.

Costa. Isabel Cardoso ficou no papel de liquidatária da sociedade.

Segundo Carvalho das Neves, “as pessoas que estavam na Planfin constituíram a sociedade de advogados Cardoso, Guimarães, Ferreira e Associados”, com a qual a SLN tem contrato de prestação de serviços. “Temos vindo a ser forçados a ter os contratos dela”, disse, assumindo que o fim do vínculo im-

plica o pagamento de uma “avultada indemnização”. “Os nossos serviços jurídicos estão a avaliar como é que nos podemos livrar de uma prestação de serviços que não nos interessa.” ■

🔍 PORMENORES

● ACCIONISTAS

A Planfin era detida em 24% por Luís Caprichoso, em 16% pela SLN, em 1% por Isabel Cardoso, em 6% por uma offshore e nos restantes 50% por Rui Fonseca.

● RASTO MANTÉM-SE

Para Carvalho das Neves, apesar da liquidação o rasto das offshores não desaparece, pois “todos os documentos ficam registados na conservatória” e “é obrigatória a manutenção dos documentos pelo prazo de dez anos”.

Dias Loureiro vai regressar ao Parlamento

● Os coordenadores dos partidos que compõem a comissão de inquérito ao BPN reuniram-se ontem e decidiram que será agendada uma nova data para ouvir Dias Loureiro. “A questão é unânime entre os deputados, por isso, apesar de não ter sido ainda formalmente aprovado o requerimento do CDS-PP, PCP e BE [que exige o regresso de Dias Loureiro à comissão] foi decidido que vai ser agendada uma data”, disse ao CM fonte da comissão. A audição de Lencastre Bernardo, levado para a SLN por Dias Loureiro, foi adiada para a próxima semana. ■



ID: 23889366

19-02-2009



Opinião

O sistema explodiu



PAQUETA DE OLIVEIRA
SOCIÓLOGA E PROFESSORA DO ISCTE

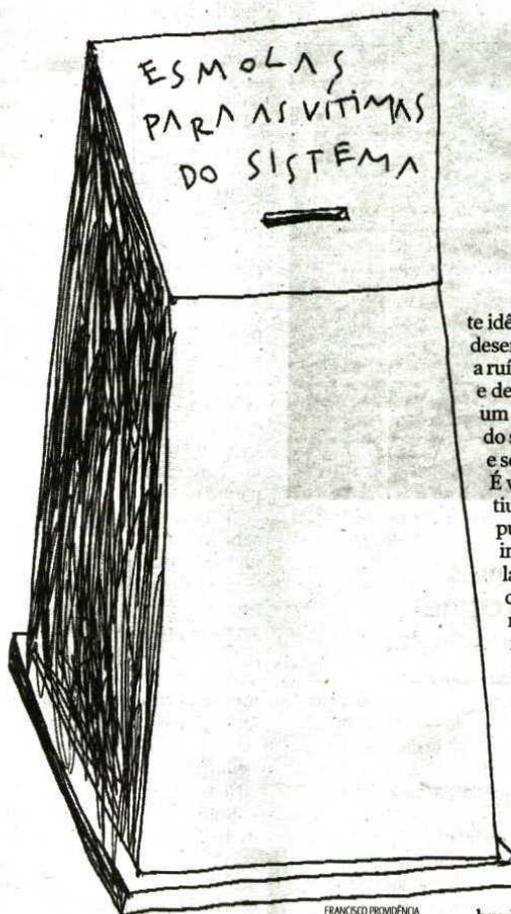
Dos Estados Unidos vem a notícia de mais uma megafraude. O magnata texano de nome Allen Stanford há muito vinha ludibriando os seus cerca de 50 mil investidores com a falsa promessa de garantir-lhes 10% de ganhos sobre o valor investido. A bolha rebentou e sabe-se agora, pelos primeiros cálculos, que esta nova patranha financeira já ascende a 8000 milhões de dólares, ou seja, aproximadamente 6400 milhões de euros.

Depois de Bernard Madoff, Wall Street volta a estremecer com mais este abalo. Não admira, por isso, o próprio pessimismo do optimista Barack Obama quando, ao anunciar o mais recente plano de estímulo económico, declara: a economia mundial e os

ÀS VEZES dá a impressão de que a crise financeira estava mais do que prevista. Só que ninguém, a tempo, lhe deitou a mão

EUA atravessam uma recessão sem precedentes, marcada por uma aguda crise financeira que roça na extrema debilidade da solvência da Banca dos Estados Unidos.

Às vezes dá-me a impressão de que, afinal, esta crise financeira estava mais do que prevista. Só que ninguém, a tempo, lhe deitou a mão. Ou seja, com Madoff, Stanford, por lá, com BPN, BPP, por cá, isto tinha de acontecer. Desculpem os economistas esta enormidade que vou escrever: estava inerente ao sistema de multiplicar fáceis lucros sem valor substantivo para os alcançar.



FRANCISCO PROVIDÊNCIA

E, neste caso, faziam o engodo os Madoff e os Stanfords, mas também iam nesse engodo de ter vencimentos de depósitos a 10% e mais aqueles que agora vêem o dinheiro a voar. A voracidade pelo dinheiro a todos traiu.

Mas paralelamente a estas megafraudes, os circuitos "normais" de ganhar dinheiro sobre o dinheiro não são menos responsáveis por esta explosão do sistema financeiro. O subprime nos EUA, que aliás foi o primeiro estalar desta crise, tem corresponden-

te idêntico entre nós ao modo como se montou e desenvolveu o crédito imobiliário. Por outro lado, a ruína começou a cavar-se com o estímulo cego e desmesurado que se provocou, promovendo um consumismo sem limites, com a instituição do slogan, aplicado aos mais variados produtos e serviços: "Compre primeiro e pague depois". É verdade que foi este mecanismo que permitiu uma certa "explosão social" a camadas populacionais que sem riqueza pessoal estavam impedidas de usufruir de pequenas coisas do lado lúdico e bem-estar da vida. O pior é que com estes esquemas nem se conseguiu diminuir o abismo entre as diferenças sociais, agora agravado com o número daqueles que atrofiados em penhoras perdem os anéis emprestados pela facilidade do crédito e perdem os próprios dedos e vão engrossar os descamisados da vida.

A crise financeira trouxe rapidamente a crise económica. Obviamente sem dinheiro disponível, ou melhor disponibilizado, emperrou o consumo, ressentiu-se a produção, vem a escalada do desemprego que traz por arrasto a insustentabilidade de uma sociedade coesa e de equi-

brada sociabilidade humana. E se já podemos fazer esta constatação da crise financeira e consequentemente da crise económica, o que ainda não vislumbramos é a extensão do drama da terceira vertente da crise, a crise social.

Perante esta incógnita cheia de incertezas, espantam-me as soluções que tantos responsáveis sociais anunciam por aí para superar e resolver esta crise. E admira-me de como os líderes do Mundo ainda não consultaram estes visionários para resolver um problema que nem eles sabem muito bem como solucionar.



BPN obriga Dias Loureiro a voltar ao Parlamento

Dias Loureiro, antigo administrador da SLN e actual conselheiro de Cavaco Silva, vai ser ouvido de novo na comissão de inquérito

parlamentar sobre a nacionalização do BPN, "numa data a agendar oportunamente", disse ontem à Lusa a presidente da comissão.





Caso Freeport Cândida Almeida, directora do DCIAP, prevê a inquirição de 20 pessoas

Júlio Monteiro, tio de José Sócrates, foi ontem ouvido no Tribunal de Cascais



Ministério Público pede informações sobre contas do tio do primeiro-ministro ao BPN

A Procuradoria-Geral da República esclareceu ontem que as investigações sobre o processo do *outlet* prosseguem com “inquirições, análises de documentos e de fluxos financeiros”

Paula Torres de Carvalho e Cristina Ferreira

● O Ministério Público solicitou ao Banco Português de Negócios (BPN) toda a informação sobre as movimentações e as transações realizadas através de contas abertas na instituição em nome de Júlio Monteiro, tio do primeiro-ministro, José Sócrates.

Júlio Monteiro, que prestou ontem declarações no Tribunal de Cascais, como testemunha no âmbito da investigação do processo Freeport, tinha *off-shores* abertas no BPN. Uma delas, com conta numa sucursal no Funchal, mas também no BPN, aberta nas Ilhas Caimão. A outra, com sede no estado americano de Wyoming, passando igualmente pelas Ilhas Caimão.

Contactado pelo PÚBLICO, o porta-voz do BPN disse que “o banco está a

prestar toda a informação solicitada pelas autoridades oficiais”. O BPN está sob investigação das autoridades portuguesas por fraude, branqueamento de capitais, burla, gestão danosa e fuga ao fisco, o que já resultou na nacionalização do banco. A Caixa Geral de Depósitos assumiu a gestão provisória da instituição, onde foi detectado um buraco de 1,8 mil milhões de euros.

Outra instituição que terá sido contactada pelo MP para prestar informações às autoridades é o Banco Comercial Português, onde Júlio Monteiro também terá conta aberta. O porta-voz do BCP disse que não falava de operações ligadas a clientes.

Em resposta às questões dos jornalistas, a Procuradoria-Geral da República esclareceu ontem que as investigações sobre o processo Freeport prosseguem com “inquirições, análises de

documentos e de fluxos financeiros”.

Numa entrevista ao jornal *Sol*, no mês passado, Júlio Monteiro garantiu que as suas empresas no exterior “não têm qualquer movimento e a polícia nada provará através delas”, esclarecendo que, durante a busca a sua casa, “a polícia levou diversa documentação”, nomeadamente relativa a “*off-shores* antigas”. Com a inquirição de Júlio Monteiro prosseguem as diligências promovidas pelo Ministério Público relativamente ao processo. Questionado pelos jornalistas, ontem, à chegada ao tribunal onde permaneceu durante três horas, Júlio Monteiro, acompanhado dos seus advogados, disse estar de consciência “completamente” tranquila, não tendo sido contido arguido. Ontem, notícias divulgadas por vários órgãos de comunicação social

Perguntas sem substância

À saída do Tribunal de Cascais, o advogado de Júlio Monteiro garantiu que o seu cliente “entrou e saiu como testemunha” e que a audiência foi marcada por “perguntas sem substância”, mostrando-se convicto de que “o caso fica por aqui” no que respeita ao seu cliente. O tio de José Sócrates foi ouvido pelos procuradores Vítor Magalhães e Pais Faria, do Departamento Central de Investigação e Acção Penal. No final, Júlio Monteiro salientou que “nada resultou das buscas” efectuadas há cerca de um mês em sua casa. **M.J.S.**

informavam que alguns dos nomes constantes de uma lista de pessoas suspeitas de envolvimento no caso Freeport estavam a ser inquiridas pelas autoridades, existindo já arguidos. Entre essas pessoas, contam-se os nomes Manuel Pedro e do escocês Charles Smith, além de Júlio Monteiro. Invocando o segredo de justiça, a PGR recusou-se a fornecer pormenores sobre as investigações. Cândida Almeida, directora do Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), a quem foi entregue o processo, depois de ter sido avocado pelo PGR em Setembro do ano passado, confirmou que estão a ser realizadas diligências, prevendo que cerca de duas dezenas de pessoas sejam ouvidas durante investigação. Desde o seu início, em 2004, até hoje, foram ouvidas apenas seis pessoas.

Freeport Contas de Júlio Monteiro em *offshores* do BPN investigadas



DANIEL ROCHA

● O Ministério Público pediu ao Banco Português de Negócios (BPN) toda a informação sobre as movimentações e as transações realizadas através de contas

abertas na instituição em nome de Júlio Monteiro, tio do primeiro-ministro, José Sócrates. Monteiro, que prestou ontem declarações como testemunha

no Tribunal de Cascais (na foto, o momento da sua saída do tribunal), tinha *offshores* abertas no BPN. Uma delas, com conta numa sucursal no Funchal, mas

também no BPN, aberta nas Ilhas Caimão. A outra, com sede no estado americano de Wyoming, passando igualmente pelas Ilhas Caimão. → Portugal, 5



Dias Loureiro ainda sem data de regresso à AR

BPN. Jaime Gama já autorizou contratação de jurista

A presidente da Comissão de Inquérito ao caso BPN, Maria de Belém Roseira, referiu ao DN que após um encontro com os coordenadores das várias bancadas “ficou decidido o regresso de Dias Loureiro ao Parlamento”. O agendamento desta nova audição do actual conselheiro de Estado no Parlamento irá “ser agendada para momento oportuno”.

Maria de Belém referiu, ainda, que o presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, já autorizou a contratação de um jurisconsulto cujo parecer será anexado ao pedido de levantamento do sigilo profissional bancário e de supervisão que a Comissão de Inquérito ao caso BPN quer pedir ao Tribunal da Relação.

Maria de Belém referiu que vai agora “consultar a secretária-geral da AR para saber como se processa esta contratação do parecer a um jurisconsulto”. ■

EVA CABRAL



BPN

Dias Loureiro chamado a explicar contradições

➔ Manuel Dias Loureiro vai mesmo ter que voltar a ser ouvido no Parlamento para explicar as contradições entre o que disse na primeira audição na comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN e os documentos que assinou enquanto administrador da SLN, proprietária do banco nacionalizado em Novembro.

A decisão de voltar a chamar o

antigo ministro de Cavaco Silva recolheu o apoio de todos os partidos representados na comissão. A data da audição será marcada posteriormente.

A necessidade de uma segunda audição surgiu na sequência da revelação de documentos, na edição de sábado do semanário Expresso, segundo os quais Dias Loureiro assinou a formalização

e a extinção do negócio entre a SLN e duas empresas porto-riquenhas, do qual resultou um prejuízo significativo para o grupo. Ao responder às questões dos deputados, em Janeiro, o gestor garantiu não ter tido influência no negócio, após a publicação da notícia, admitiu ter havido falhas de memória e disponibilizou-se para dar novas explicações.

A reunião da comissão de inquérito, prevista para ontem e que tinha na ordem de trabalhos a audição de Lencastre Bernardo, outro antigo administrador da SLN, foi adiada, que ocupara o cargo de director do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras no tempo em que Dias Loureiro era ministro da Administração Interna. O prolongamento da sessão plenária de on-

tem foi o principal argumento para o adiamento da reunião. De qualquer forma, Maria de Belém deu conhecimento aos deputados da comissão do aval do presidente da Assembleia da República para que sejam pedidos pareceres jurídicos sobre a possibilidade de ser exigida o levantamento do sigilo bancário, que tem sido invocado por alguns depoentes. **A.B.C.**



BANCA

Inquérito ao BPN suscita “ping-pong” entre gestores e Banco de Portugal

Deputados aprovaram ontem segunda audição a Manuel Dias Loureiro, a ter lugar em data “oportuna”

O inquérito parlamentar à nacionalização do Banco Português de Negócios (BPN) está a suscitar uma espécie de “ping-pong” entre as declarações de antigos responsáveis da instituição e o Banco de Portugal (BdP). Um confronto de posições que deverá ter como corolário a chamada de Vítor Constâncio à comissão de inquérito. O CDS-PP e o PCP já por diversas vezes referiram que pretendem chamar o governador do BdP. Mas antes querem explorar os depoimentos de antigos gestores e quadros do BPN. Apesar de já ter

ido ao Parlamento falar da nacionalização – antes de aberto o inquérito – Constâncio deverá voltar a ser chamado, até porque o PS, que tem a maioria dos deputados, já disse querer esclarecer a decisão.

A audição ao governador começa a ganhar apoiantes à medida que se avolumam afirmações de que o supervisor fez perguntas sobre o Insular – banco cabo-verdiano usado

para fazer operações ilegais – antes de ter detectado os problemas que a instituição tinha; que podia ter actuado mais cedo; que teve acesso ao sistema informático onde estavam registadas as operações ilegais. Afirmações que levaram o BdP a emitir um comunicado, recordando que alguns dos que criticam a supervisão também mentiram ao BdP – o que suscitou críticas aos deputados.

A comissão promete ir até ao fim na averiguação da actuação do supervisor, assim como aprovou chamar pela segunda vez Dias Loureiro por este ter mentido no inquérito sobre a compra de Biometrics, em Porto Rico. O antigo gestor da SLN ignorou que assinou vários documentos relativamente à transacção. Mas diz que o fez por falta de lembrança. **MJG**

de ter detectado os problemas que a instituição tinha; que podia ter actuado mais cedo; que teve acesso ao sistema informático onde estavam registadas as operações ilegais. Afirmações que levaram o BdP a emitir um comunicado, recordando que alguns dos que criticam a supervisão também mentiram ao BdP – o que suscitou críticas aos deputados.

ACUSAÇÃO



ANTÓNIO JOSÉ DUARTE

A primeira vez que o BdP questiona formalmente o BPN sobre o Insular é num email de Julho de 2007. Pergunta qual a relação com o Banco Insular

Na gestão do dr. Vakil não me recordo que o BdP tivesse questionado sobre o Insular. Só o volta a fazer em Maio de 2008, por carta, com resposta a 2 de Junho



ANTÓNIO FRANCO

Dava-se ao BdP o mesmo acesso [ao Insular] que se dava à auditoria, operação a operação, para criar opacidade. No limite, era possível pedir o extrato das operações

A determinada altura, o BdP pediu o relatório e contas do Banco Insular, muito antes de 2007. Porquê? Não sei



RUI PEDRAS

Há um momento em que me pergunto por que [o BdP] não actuou, que é quando recebeu uma carta da SLN em que a gestão confessa que tinha um banco ilegal

Admito que BdP considerasse que a administração a seguir poderia resolver os problemas provocados pelo aparecimento do Banco Insular sem causar alarme público



JOÃO CARVALHO DAS NEVES

Alguns acontecimentos eram conhecidos em departamentos do BdP mas não de Vítor Constâncio. A falha de supervisão é clara, houve falta de zelo dos técnicos do BdP

Este veículo [o Banco Insular] foi detectado pelo Banco de Portugal em Fevereiro de 2007

DEFESA

A confissão pela gestão da existência desta situação fraudulenta foi o corolário de uma acção de supervisão do Banco de Portugal



PEDRO DUARTE NEVES

António Franco colaborava na prestação de informações incompletas e não verdadeiras às autoridades



Pedro Duarte Neves, vice-governador do Banco de Portugal (BdP) foi o único responsável do supervisor a ir à comissão de inquérito sobre o BPN. Depois das primeiras acusações de Miguel Cadilhe, presidente do banco quando a nacionalização foi anunciada, Duarte Neves respondeu antecipadamente a algumas das críticas feitas antes e depois da sua participação na comissão. Depois disso, o BdP emitiu um esclarecimento à comunicação social sublinhando que António Franco, antigo gestor do BPN, colaborou nas irregularidades cometidas no grupo. Esta tomada de posição, suscitou críticas por parte dos deputados. “O governador ameaça as pessoas”, acusou Nuno Melo, do CDS-PP, que recebeu a “solidariedade” de Aguiar Branco, do PSD. Honório Novo, do PCP, falou mesmo em “intimidação” e João Semedo, do Bloco de Esquerda, apoiou as críticas. Para o PS “será inaceitável” que se intimide quem for ouvido.

A 4 de Junho, o BdP determinou a apresentação de contas consolidadas com inclusão [do Insular], certificadas por entidade externa habilitada

BdP não especificou qual a entidade que deveria proceder ao trabalho, pois sabia-se que o Dr. Abdool Vakil não tinha condições de fazer auditoria nenhuma



Ex-gestores do BPN trocam acusações com Constâncio

Empresas 16



Editorial

Pedro Santos Guerreiro

Director



O escandaloso negócio com Manuel Fino

 Tornou-se um lugar-comum desta crise: este não é um tempo de ideologias, mas de acção. Mas há acções que, de tão escandalosas, nos deviam alertar para a ideologia que nunca caduca: a da decência e da vergonha na cara. O que remete para o acordo da Caixa com Manuel Fino, o encarecimento do crédito às empresas e a retórica das PME.

A estrutura accionista do BCP tornou-se uma Liga dos Últimos, somando grandes prejuízos e grandes dívidas, patrocinadas sobretudo pela Caixa. Quem emprestou e quem pediu emprestado mediou mal o risco e começaram os incumprimentos. Uma hipótese era a Caixa executar as dívidas e ficar com as acções dos clientes, o que a tornaria "dona" do BCP. A alternativa foi renegociar. Mas é estranho que, tendo a Caixa todo o poder, tenha entregue a faca e o queijo ao esfomeado. Aceitou-se como garantia tudo e um par de botas, deram-se carências de capital e de juros (!) e assim se salvaram grandes fortunas falidas do País.

O caso roça o inacreditável no acordo entre a Caixa e Manuel Fino, revelado por este jornal na segunda-feira: o empresário entregou quase 10% da Cimpor à Caixa, mas as cláusulas leoninas foram a seu favor. A Caixa pagou mais 25% do que as acções valem; não pode vender as acções durante três anos; e Fino pode recomprar as acções, o que significa que foi a Caixa que ficou com o risco: se as acções desvalorizarem, perde; se valorizarem, Fino pode comprá-las e ficar com o lucro. Não há dúvidas de que Manuel Fino fez um óptimo negócio e de que zelou pelos seus interesses. Assim como a Caixa - zelou pelos interesses de Manuel Fino.

Tudo isto seria grave em qualquer circunstância, mas numa altura de crise é pior. A desigualdade entre grandes e pequenos empresários é

gritante. E a protecção dos fracassos dos primeiros tapa a possibilidade de ascensão dos segundos.

Portugal tem poucos empresários grandes e ainda menos grandes empresários. Mas continuamos a tratar a economia como se fosse um feudo que os perpetua, sob o falso convencimento de que é preciso proteger "o que é nosso" quando se está a proteger apenas "o que é deles". Todo o discurso dos Centros de Decisão Nacional só serve para isso: manter no poder quem lá está, impedindo a concorrência e a regeneração do sistema. Mais: nem sequer é verdade que proteger empresas implica salvar os seus accionistas. E, pior, muitos desses empresários estão a devolver à sociedade prejuízos e dívidas.

As PME têm muito do que se queixar. Passaram a estar no centro do discurso político porque são uma espécie de classe média (e baixa) da economia: numerosas, tributadas e abstractas. Mas da retórica política à prática vai um salto: têm mais dificuldade de acesso ao crédito e recebem renovações com taxas de juro muito superiores ao que a conjuntura sugere. Há empresas viáveis que estão a receber cartas com revisões unilaterais para taxas superiores a 10%, o que é revoltante.

Quando o Estado cobriu a parada no BPN, estava a proteger o sistema. No BPP, protegeu os clientes (incluindo caixas agrícolas e organizações religiosas). Com os accionistas do BCP, não protege sequer quem cria riqueza, mas quem especulou com acções e se deu mal. Se este negócio não é escandaloso, os gestores de PME vão ali e já voltam. Ou, se calhar, já não voltam.

PS: o **Negócios** arranca hoje com um novo caderno de PME, com a edição impressa todas as quintas-feiras. Esperamos que ajude quem as gere.



TERMÓMETRO

**Saraiva Martins**

CARDEAL



Era de esperar: mais um membro da hierarquia da Igreja católica a falar sobre homossexualidade e adoção de crianças por casais do mesmo sexo – e logo um cardeal! – não poderia deixar de suscitar polémica. Que a Igreja considera anormal a homossexualidade, sabe-se há muito. Que um seu representante o verbalize...

**Manuel Dias Loureiro**

GESTOR, EX-MINISTRO



Terá de voltar ao Parlamento, por decisão unânime dos partidos, para tirar a limpo as contradições em que se enredou no inquérito ao caso BPN. Ele próprio já se disponibilizara para o fazer, mas o certo é que uma nova audição não deixará de manchar a sua imagem.



O pulo do Gato

Fernando Sobral

O raio-x do País

A sociedade portuguesa, às vezes, tem de tapar o nariz porque o perfume não abunda nestes dias conturbados. Do abismo onde o País mergulhou vêm à superfície casos como o do BPN, sinais de que o colete-de-forças social está a rebentar. Há um círculo vicioso de corrupção e impunidade em Portugal. Já poucos duvidam disso. Mas ninguém ficaria tão espantado se o resto de Portugal tivesse forças para iludir o drama do desemprego, que caminha para dias mais negros, apesar da animação governamental. Há um paradoxo muito simples: se o País está virado para o consumo e para a circulação financeira, o que acontecerá se a maioria deixar de ter dinheiro para adquirir? Essa é a ponta do icebergue nacional: o dinheiro circula, mas a dimensão da nossa indústria é ridícula (e quase toda ela multinacional), a aposta no mar ou na agricultura é patética. Desde há séculos que, exceptuando alguns casos, a economia local é alérgica a criar riqueza. Prefere a especulação e esquece o investimento em sectores produtivos. O facilitismo não é apenas político, também é económico. Como se tudo não bastasse, o sistema político cola-se à nação de forma perversa, clientelista e parasitária. Vivemos neste enganador idílio há séculos, mas nunca como agora se percebeu que o sapato já não cabe no outrora delicado pezinho da Cinderella local. Não é por acaso que o BPN é o raio-x do País. Ele, na sua dimensão, mostra por que Portugal continua a viver com saudades do tempo em que a pimenta e o ouro pagavam a falta de génio nacional.



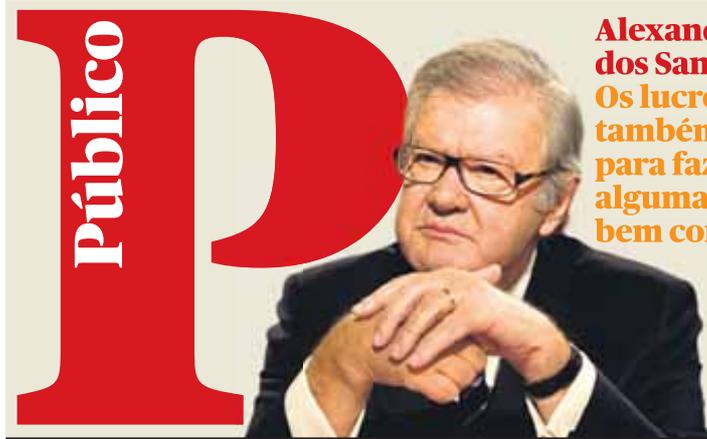
Qui 19 Fev Edição Lisboa

Quinta-feira, 19 de Fevereiro de 2009
Ano XIX, n.º 6897
Portugal: 1,00€ (IVA incluído)
Espanha: 2,00€ (IVA incluído)
Director: José Manuel Fernandes
Directores adjuntos: Nuno Pacheco, Manuel Carvalho e Paulo Ferreira

Discursos de Obama
Amanhã livro inédito



Dez Discursos Históricos do actual Presidente dos Estados Unidos. Com o PÚBLICO **Por apenas mais 4€**



Alexandre Soares dos Santos
Os lucros também servem para fazer alguma coisa pelo bem comum P2



Torneio
Os padres jogam à bola e Portugal pode ser campeão P2

Inimigo Público
Praga de Pinóquios está a desertificar o país



Tribunal de Contas vai reforçar fiscalização de gastos contra a crise

As verbas que o Governo disponibilizou para o apoio do sistema financeiro vão ser alvo de particular atenção por parte dos juízes

● Face ao aumento de fundos públicos disponibilizados pelo Governo para travar a crise económica, o Tribunal de Contas decidiu criar um mecanismo específico para analisar

e fiscalizar os gastos do Estado, com especial destaque para as intervenções no sistema financeiro. A estratégia surge na sequência da decisão tomada pelos tribunais de contas

européus de criar mecanismos de coordenação para melhor fiscalizarem as medidas de combate à crise. Outra conclusão do encontro é a de que os tribunais têm de actuar com

celeridade. “O controlo não pode ser impeditivo da expedita adopção das medidas”, diz Guilherme d’Oliveira Martins, presidente do Tribunal de Contas. → Economia, 30

Comboios no Tua

Nova linha custa pouco menos do que barragem

● Uma nova linha ferroviária no vale do Tua poderá custar quase tanto como a barragem que a EDP quer construir no vale. As estimativas apontam para um valor de referência de 150 milhões de euros; a barragem vai custar 200 milhões. → Portugal, 8/9

Beira Interior

Estudantes pedem ajuda a banco alimentar

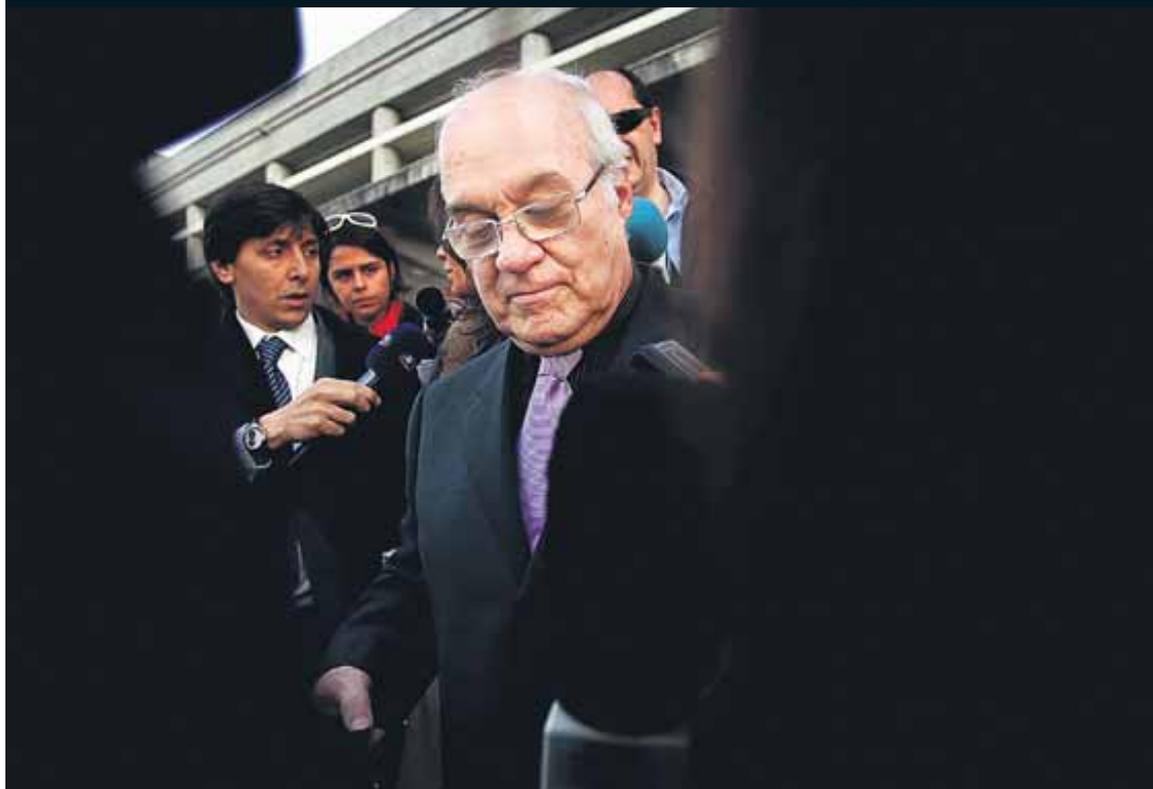
● Um grupo de 20 alunos da Universidade da Beira Interior está a receber apoio do Banco Alimentar contra a Fome. Para responder às dificuldades financeiras, a reitoria está a empregar outros alunos nos bares e cantinas da universidade. → Portugal, 9

Médio Oriente

Síria dá sinais de aproximação aos Estados Unidos

● Numa rara entrevista ao *The Guardian*, o Presidente da Síria, Bashar al-Assad manifesta a esperança de que Barack Obama seja “o principal árbitro” no processo de paz do Médio Oriente, garantindo que “não há substituto para os EUA”. → Mundo, 14

Freeport Contas de Júlio Monteiro em offshores do BPN investigadas



● O Ministério Público pediu ao Banco Português de Negócios (BPN) toda a informação sobre as movimentações e as transacções realizadas através de contas

abertas na instituição em nome de Júlio Monteiro, tio do primeiro-ministro, José Sócrates. Monteiro, que prestou ontem declarações como testemunha

no Tribunal de Cascais (na foto, o momento da sua saída do tribunal), tinha *offshores* abertas no BPN. Uma delas, com conta numa sucursal no Funchal, mas

também no BPN, aberta nas Ilhas Caimão. A outra, com sede no estado americano de Wyoming, passando igualmente pelas Ilhas Caimão. → Portugal, 5

create new work life
www.newtime.pt
newtime
trabalho temporário
time business



Quinta-feira, 19 de Fevereiro de 2009
 • Diário • Ano X • Nº 1442 • € 1,60
 Director: Pedro Santos Guerreiro; Directores-adjuntos:
 Helena Garrido, João Cândido da Silva

Exclusivo
 George Soros explica as
 suas previsões para 2009



Especial Advogados
 Na próxima sexta, receba
 o Anuário das Sociedades

negócios

JORNAL www.negocios.pt

Pub

LUXURY SERVICES
 imagine... we get it
www.luxuryservices.biz

PME
 NOVO SUPLEMENTO
 SEMANAL

Fisco perde 117 milhões com queda de lucros da banca

● Taxa implícita de IRC no BES, BPI, BCP e Totta sobe mas valor de impostos pagos cai

A análise aos resultados anuais dos quatro maiores bancos privados em Portugal mostra que a taxa implícita de IRC subiu muito, sobretudo no BCP. Mas a queda dos lucros em 2008 reduziu o valor dos impostos a entregar ao

Estado. Já quanto ao crédito, o detalhe do último trimestre do ano não deixa dúvidas: houve uma travagem brusca no crédito dos bancos. O financiamento às empresas está a ser o principal sacrificado. **Empresas 14**

Como gerir o seu negócio em tempo de crise



Nelson Gray, "business angel" do ano

● "Importante, agora, é ter o negócio que gera mais dinheiro"

● Saiba como financiar a sua empresa e conheça 10 erros que não deve cometer

16 páginas

Ferreira Leite rejeita pacto e lança pacote de medidas anticrise

● Economistas não vêem vantagens num acordo PS-PSD



Manuela Ferreira Leite rejeitou, ontem, a ideia de um pacto de regime com o PS para combater a crise económica e apresentou um conjunto de propostas destinadas a ajudar as pequenas e médias empresas. A líder do PSD quer afirmar uma alter-

nativa ao Governo socialista e, neste ponto, economistas contactados pelo Negócios consideram que não existiriam vantagens num acordo entre os dois partidos. Saiba o que une e o que separa Ferreira Leite e Sócrates. **Primeira Linha 4 a 7**

Zeinal Bava "Demorou quatro anos para voltarmos a crescer no fixo" **Empresas 12 e 13**



Ex-gestores do BPN trocam acusações com Constâncio **Empresas 16**

Barraqueiro prepara proposta para concurso do Metro do Porto **Empresas 20**

Pub

Caixa
 leasing e factoring

Mais por menos.
 Soluções de Financiamento Automóvel.

Caixa Geral de Depósitos



Caso BPN

Dias Loureiro repete audição

• Manuel Dias Loureiro vai ser ouvido uma segunda vez na comissão de inquérito parlamentar sobre a nacionalização do BPN, “numa data a agendar oportunamente”, disse ontem à Lusa a presidente da comissão. Maria de Belém Roseira acrescentou que a decisão de ouvir pela segunda

Decisão terá sido tomada devido a alegada mentira

vez o ex-ministro – que já tinha sido ouvido pelos deputados a 27 de Janeiro – foi aprovada em reunião dos grupos parlamentares.

Razão. Na origem do pedido está uma notícia do *Expresso*, que no passado sábado avançou que Dias Loureiro mentiu à comissão quando afirmou desconhecer a existência do Excellence Assets Fund, um fundo que serviu de base a um negócio ruinoso do BPN.